



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

DAYANA LARISSA DA SILVA LAURIANO

**INCLUSÃO DO ALUNO SURDO: ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS DURANTE AS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
LICENCIATURA EDUCAÇÃO FÍSICA
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

DAYANA LARISSA DA SILVA LAURIANO

**INCLUSÃO DO ALUNO SURDO: ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS DURANTE AS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

TCC apresentado ao Curso de licenciatura educação física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de licenciada em educação física.

Orientadora: Profa. Dra. Lara Colognese Helegda

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2019

Catálogo na fonte
Sistema de Bibliotecas da UFPE - Biblioteca Setorial do CAV.
Bibliotecária Fernanda Bernardo Ferreira, CRB4-2165

- L384i Lauriano, Dayana Larissa da Silva.
Inclusão do aluno surdo: estratégias inclusivas durante as aulas de Educação Física. / Dayana Larissa da Silva Lauriano. - Vitória de Santo Antão, 2019.
27 folhas.
- Orientadora: Lara Colognese Helegda.
TCC (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, CAV, Licenciatura em Educação Física, 2019.
Inclui referências.
1. Educação Inclusiva. 2. Educação Física. 3. Ensino. I. Helegda, Lara Colognese (Orientadora). II. Título.

796.087 CDD (23. ed.)

BIBCAV/UFPE-183/2019

DAYANA LARISSA DA SILVA LAURIANO

INCLUSÃO DO ALUNO SURDO: ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS DURANTE AS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

TCC apresentado ao Curso de licenciatura Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de licenciada em educação física.

Aprovado em: 21/11/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Lara Colognese Helegda (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o Solange Maria M. da Silva Porto (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o Erika Cristina Lima Da Silva. Santiago oliveira (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada e em seguida dedico a minha família especialmente a minha avó - Djanira Cabral aquela que nunca soltou minha mão e que está presente em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer à DEUS por sempre estar comigo e ter me dado forças para ter chegado até aqui, sem ele não teria conseguido.

Agradeço, a minha guerreira DJANIRA CABRAL que é pai e mãe para mim! Ela que sempre esteve comigo, desde meu nascimento e, que nunca soltou minha mão, mesmo nos momentos mais difíceis das nossas vidas, sempre me apoiando em minhas decisões e me dando forças para continuar quando pensava em desistir e a ela que agradeço pela mulher que me tornei e é por ela que continuo minha caminhada.

Ao meu marido, LUCAS SOUZA, que sempre me apoia e que tem toda paciência comigo e juntos conseguirmos nossos maiores sonhos.

A minha orientadora Prof. LARA COLOGNESE HELEGDA, pela sua disponibilidade e dedicação para comigo durante a elaboração desse estudo, meu obrigada.

Agradeço, também, minha amiga MARIA JOSEANE que esteve comigo durante essa trajetória na Universidade e a levo em minha vida, pois sempre me motivou a não desistir, disponibilizando quando eu precisava e, sem ela, não teria conseguido concluir esse trabalho.

Não menos importante, minha amiga TAMIRES FERNANDA, foi a primeira pessoa que conheci no primeiro dia de aula e até hoje, está em minha vida e agradeço por ter me ajudado e escutado meus desabafos.

Por fim, meu muito obrigada a todos!

Educação não transforma o mundo.

Educação muda às pessoas.

Pessoas transformam o mundo.

(FREIRE,1987)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar pesquisas que apontam estratégias inclusivas durante as aulas de Educação Física envolvendo o aluno surdo, na perspectiva da inclusão durante as aulas de educação física. É partindo desse contexto que a temática: inclusão do aluno surdo durante as aulas de Educação Física em escola de ensino regular nos mostra que é de grande importância que haja uma maior interação entre aluno surdo, aluno ouvinte e professor através das estratégias lançadas pelo professor durante as aulas. O estudo apresenta referências metodológicas de uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se de ferramentas de pesquisa em artigos nas bases de dados eletrônicas e livros como critério, artigos originais, com idioma em português. Resultados apontam que as estratégias para inclusão do aluno surdo são as mais diversas e que a Educação Física adaptada também é um meio de inclusão que pode ser utilizada pelo professor durante as aulas práticas e teóricas. Por fim, as estratégias abordadas neste estudo traz respostas crescentes tanto para o aluno surdo como para o aluno ouvinte, aprimorando, assim, a melhoria na relação da convivência no âmbito escolar.

Palavras-chave: Educação Física. Inclusão. Estratégias. Surdos.

ABSTRACT

This paper aims to analyze researches that point out inclusive strategies during physical education classes involving deaf students, from the perspective of inclusion during physical education classes. It is from this context that the theme: inclusion of the deaf student during Physical Education classes in regular school shows us that it is of great importance that there is a greater interaction between deaf student, hearing student and teacher through the strategies launched by the teacher during the classes. The study presents methodological references of a bibliographic research, using search tools in articles in electronic databases and books as criteria, original articles with language in Portuguese. The results indicate that the strategies for inclusion of the deaf student are the most diverse and that adapted physical education is also a means of inclusion that can be used by teachers during practical and theoretical classes. Finally, the strategies approached in this study bring increasing responses to both the deaf student and the hearing student, thus improving the relationship in the school environment.

Keywords: Physical Education. Inclusion. Strategies. Deaf.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	10
1 INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	10
2 METODOLOGIA DO ESTUDO.....	13
3 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	14
3.1 MARCO REFERENCIAL DO DIREITO À COMUNICAÇÃO DA PESSOA SURDA	15
4 A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO 17	
4.1 DIFICULDADES ENCONTRADAS DENTRO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA OS ALUNOS SURDOS.....	18
4.2 ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NAS AULAS.....	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Ao longo dessa trajetória da educação voltada para o aluno surdo, a complexidade em atendê-los dentro da educação, foi voltada à uma educação paralela que acontecia em escolas e salas de aula especiais. Do ponto de vista de Sassaki (1997), o surgimento das classes especiais não foi por razões humanitárias, “mas sim, para atender às necessidades dos professores das classes regulares, diante da dificuldade que teriam para atender conjuntamente os estudantes com e sem deficiência” (SASSAKI, 1997, *apud* SANTANA, 2016, p. 84).

Em sua evolução, o paradigma da inclusão, garante por marco legal, estruturar por meio de uma política de garantia de direitos, o elevado acesso de alunos surdos as diferentes etapas educacionais, promovendo-se, assim, mudanças significativas no sistema educacional brasileiro.

Para grande parte dos professores, a inclusão de alunos surdos em sala de aula regular, vem gerando grandes desafios do ponto de vista pedagógico, arquitetônico, comunicacional, entre outros. De acordo com a lei nº 13.146/2015 no seu art.º 3 consideram-se barreiras como:

IV - qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em (BRASIL, 2015, p. 2).

Essas barreiras comunicacionais perante a lei citada são classificadas em:

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p. 2).

Tendo em vista a grande demanda de alunos surdos em sala de aula regular que emergiu nos últimos anos por meio de uma política nacional de inclusão escolar, essa exige por parte do professor, conhecimentos necessários para o atendimento a necessidade específica desses alunos, em função da especificidade da língua, própria da pessoa surda, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Pela Lei N° 10.436 de 2002 a LIBRAS é a segunda língua oficial do Brasil no seu artigo 1°: “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002, p.1).

A Libras, conforme assinalado no Decreto N. 5.626 de 2005, em seu artigo 3º, vem trazendo a seguinte recomendação, especialmente promovendo mudanças significativa na matriz curricular dos cursos de licenciaturas e de fonoaudiologia, conforme texto da lei:

Deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005, p.1).

A referida legislação vem colocar no seu artigo 14 condição básica aos professores a necessidade de: “VIII - disponibilizar equipamentos, acessos às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva” (BRASIL, 2005, p.5).

Dessa forma, o professor de Educação Física precisa renovar junto à sua prática pedagógica, seus conhecimentos, estratégias de ensino e aprendizagem que favoreçam, principalmente, no que diz respeito à igualdade de condições de aprendizagem, entre os alunos que compõe a classe. Antes de tudo, é necessário que o professor procure conhecer as condições próprias de uma pessoa surda em relação ao modo de comunicação para que se possa atuar de modo inclusivo, evitando assim, a existência de barreiras pedagógicas, ao longo desse processo educacional.

Reconhece-se a grande importância do professor de Educação Física na sua prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva frente ao aluno surdo fazendo-se uso de diversos meios de comunicação e informações, proporcionando uma inter-relação entre professor e aluno.

Partindo-se desse princípio, o estudo vem se mostrar parte do seguinte questionamento: Quais estratégias são lançadas pelo professor em prol da inclusão do aluno surdo nas aulas de Educação Física?

Motivando-se por este questionamento, o interesse pelo referido estudo surgiu mediante a necessidade de aprofundamento no campo da prática docente envolvendo aluno surdo na perspectiva da inclusão e de como vem sendo configurada essa prática nos espaços de sala de aula do professor de Educação Física.

Para tanto, o estudo buscou atingir o seguinte objetivo: buscar pesquisas que apontar estratégias inclusivas durante as aulas de educação física envolvendo o aluno surdo, na perspectiva da inclusão durante as aulas de Educação Física.

2 METODOLOGIA DO ESTUDO

O presente estudo apresenta referências metodológicas de uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se de ferramentas de pesquisa em artigos nas bases de dados eletrônicos, scientific electronic library online (SCIELO) e periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Como critério, artigos originais com idioma em português com temas que facilitam no entendimento do problema visto nas escolas durante as práticas das aulas de Educação Física. Assim, as documentações bibliográficas se compõem de informações entre artigos, livros e outros trabalhos da mesma área do saber (SEVERINO, 2007).

3 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na lei 13.146 de 2015 que é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), no seu Art.1 ressalta que “é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, p .1).

Nota-se que é preciso que todos tenham os mesmos direitos, oportunidades e tratamentos e que não haja discriminação pela deficiência, perante a lei todos são iguais. A escola é um local onde tem maior facilidade de dar seguimento e condições igualitárias aos alunos, com isso se tomando uma escola inclusiva. Em uma escola inclusiva pretende-se dar possibilidades reais para os alunos surdos para que não haja a exclusão desses alunos no meio escolar

Para Lacerda (2006, p.167), “A inclusão escolar é observada como uma evolução que vem sendo dinâmico e gradual, que se podem ter formas diversas a depender das necessidades dos alunos”.

Para se tornar uma escola inclusiva são necessários suportes como:

Físico, pessoal, material, técnico e social, destacando que essas são condições necessárias, mas não suficientes para garantir a equiparação de oportunidades e uma educação efetivamente inclusiva (ARANHA, 2000, *apud* ROSIN-PINOLA, 2014, p.343).

Um grande marco na inclusão escolar foi a Declaração de Salamanca, que apresenta as principais diretrizes para construção de uma escola inclusiva, tais como:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas

provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimora a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (BRASIL, 1994, p. 1).

“O processo inclusivo pode significar uma verdadeira revolução educacional e envolve o descortinar de uma escola eficiente, diferente, aberta, comunitária, solidária e democrática onde a multiplicidade leva-nos a ultrapassar o limite da integração e alcançar a inclusão” (CARDOSO, 2004, p. 24).

3.1 MARCO REFERENCIAL DO DIREITO À COMUNICAÇÃO DA PESSOA SURDA

Encontra-se na Constituição Federal o nascedouro da inclusão escolar no seu “Artº. 208 III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p.124).

Que no seu Artº 205 fala sobre os direitos que todos têm á educação:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.123).

Corroborando com os mesmos princípios, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Lei 9.394/1996 em seu capítulo V que trata da educação especial, no Art. 59, vem trazendo recomendações bastante importantes reforçando o princípio da inclusão.

A referida lei ressalta em relação ao direito a educação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, público-alvo da educação inclusiva, que os sistemas de ensino deverão assegurar uma formação adequada aos professores, conforme assinalado no Art. 59.

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996, p. 19).

Nesse sentido, o aluno surdo tem por direito frequentar uma escola regular, com um ensino que atenda todas as suas necessidades, bem como ter professores

com formação necessária para atuar no processo de ensino e aprendizagem como uma garantia de direito.

Atuando no campo do direito, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo, 2007, que no Brasil recebeu foi promulgada por meio do Decreto 6.949, de 2009. Que os estados devem assegurar aos alunos surdos o direito de dominar a língua própria do surdo que vem afirmando no seu art.24.

b) Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda;

c) Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, sejam ministradas nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social (BRASIL, 2012, p. 50).

Para que ocorra melhor comunicação entre o aluno surdo e professor dando seguimento assim citando a lei 10.098 de 2000 esclarece que são necessárias alternativas pra que ocorra a quebra de barreiras.

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer (BRASIL, 2000, p.4).

Mas um dos grandes marcos à inclusão do aluno surdo foi à lei 10.436 de 2002 e o decreto 5.626 de 2005 que veio para fortalecer a interação do surdo na sociedade e o reconhecimento da cultura surda. Mesmo com todos os avanços das políticas públicas que são bem definidas, existem várias lacunas, é necessário que saiam do papel e as coloquem em pratica para que isso ocorra é preciso fiscalização de todos.

4 A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO

Torna-se de mera importância destacar que o professor de Educação Física é uma das pontes eficazes para nortear os alunos em seus objetivos. Dessa maneira, salienta-se que não é diferente com os alunos surdos, já que a Educação Física é uma aula que permite a cooperação de todos, sendo assim, a inclusão não é a penas inserir o aluno nas aulas, mas sim perseverar sua participação.

Portanto, existe relevâncias maiores em questão da convivência de alunos surdo na escola regular, exigindo assim, mudanças na formação e na prática pedagógica do professor, destacando-se aqui especificamente o professor de Educação Física. A escola deve se inovar para atender as necessidades de cada aluno. Na declaração de Salamanca (1994, p.13), diz que.

A educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Uma atitude positiva da parte dos pais favorece a integração escolar e social. Pais necessitam de apoio para que possam assumir seus papéis de pais de uma criança com necessidades especiais.

Nessa concepção, a inclusão escolar depende também da inclusão social. A inclusão social deve-se ser atendido primeiro pelos familiares, pai e/ou mãe, ou seja, aqueles mais próximos a ela, para que a desenvoltura desta criança possa vir a crescer com as demais pessoas que irá se familiarizar com a mesma.

Desta maneira, o professor é visto, então, como facilitador no processo de busca de conhecimento que deve partir do aluno. Cabe ao professor, organizar e coordenar as situações de aprendizagem, adaptando suas ações às características individuais dos alunos, para desenvolver suas capacidades e habilidades intelectuais (BRASIL, 1997).

A formação do professor deve ser constantemente atualizada para que haja mais conhecimento a ser desenvolvidos, principalmente conhecimentos em LIBRAS para ter uma maior comunicação com os alunos surdos nas aulas de Educação Física (UCHÔA, 2018, p. 20).

Para que ocorra a comunicação entre o ouvinte e o surdo é necessário que ocorra a busca do conhecimento em LIBRAS, e cabe ao professor a qualificação para atender estes alunos. Quanto maior for o conhecimento em LIBRAS adquirido

pelo professor, mais capacitado, maior serão as alternativas do mesmo para a aplicação de novas metodologias adequadas para seus alunos deficientes.

A relação aluno-professor é de extrema magnitude para a socialização, pois é o professor o responsável por intermediar a comunicação desse aluno com os demais e é durante as aulas de Educação Física que os alunos vêm a interagir e tem maior facilidade de ser incluído na sociedade.

Nesta dimensão, sabemos que as dificuldades encontradas nestes casos são imensas, portanto quais são as dificuldades que os alunos surdos encontram dentro das aulas de Educação Física? E quais são as estratégias abordadas pelos professores?

4.1 DIFICULDADES ENCONTRADAS DENTRO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA OS ALUNOS SURDOS

Grande parte dos professores durante sua vida acadêmica teve um despreparo em relação às pessoas com deficiências e, muitas vezes, acabam excluindo seus alunos por não saber a forma correta de se comunicar e até mesmo de como o incluir durante as aulas de Educação Física, mas esse despreparo não se limita apenas aos professores, mas também a toda a escola como os funcionários em geral e a estrutura da própria escola.

Para Silva (2003, p.173):

O fato de o professor não estar devidamente preparado para receber o aluno surdo é realidade. E acontece com a maioria dos professores de escola regular. Assim quando o professor recebe esse aluno, muitas vezes exibe ideias precipitadas ou concepções equivocadas a respeito da surdez, muitas vezes, atribuindo ao aluno imagem depreciativa.

Infelizmente são fatos recorrentes nas aulas de Educação Física nas escolas atuais em nosso Brasil e são poucos professores que buscam conhecimentos na área da deficiência em busca de um feedback positivo para as aulas.

Em um dos relatos de Uchoa (2018, p.22) sobre a realidade das aulas de Educação Físicas é que os alunos.

Ao invés dos alunos irem à quadra da escola para participar da aula de Educação Física, os mesmos são direcionados as salas multifuncionais, onde existem atividades secundárias, tirando-lhes a oportunidade de participação em atividades físicas e esportivas e consequentemente, reduzindo as chances de aprimoramento de competências físicas, psicológicas e sociais.

Como citado acima a exclusão do aluno das aulas de Educação Física por parte da escola, ocorre que muitas vezes são os próprios alunos que buscam se ausentar das aulas praticas por conta da dificuldade na comunicação e só participar das aulas por ser componente curricular da educação básica e obrigatória.

A Educação Física pela lei de diretrizes de base (LDB) Lei 9.349/96 no seu Art. 26 § 3 “A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno”. (BRASIL,1996, p.10).

A Educação Física deve toma seu espaço no âmbito escolar para Alves (2013).

Infelizmente, a Educação Física na escola foi vista por muito tempo e ainda persiste em muitos espaços escolares como uma área do conhecimento complementar no currículo, sem muita importância, voltada apenas para a recreação dos alunos (ALVES, 2013, p.69).

Uma das dificuldades encontrada pelo aluno surdo durante as aulas foi o aprendizado. Para Alves (2013, p.196) “o aluno tem dificuldades em compreender os assuntos da área da Educação Física este aluno pode não ter lembrando os nomes, mas não se descarta a possibilidade de ele te aprendido”.

A dificuldade na comunicação é vista como uma barreira entre o aluno surdo e o professor de Educação Física nas nada que venha a impedir uma melhor comunicação entre o mesmo durante as aulas que pode vim através das estratégias metodológicas do professor para que ocorra uma quebra nessa barreira comunicacional.

4.2 ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NAS AULAS

A Educação Física, dentro do que se propõem nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 62):

É a área do conhecimento que introduz e integra os alunos na cultura corporal do movimento, com finalidades de lazer, de expressão de sentimentos, afetos e emoções, de manutenção e melhoria da saúde.

Para tanto, rompe com o tratamento tradicional dos conteúdos que favorece os alunos que já têm aptidões, adotando como eixo estrutural da ação pedagógica o princípio da inclusão, apontando para uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social e da afirmação de valores e princípios

democráticos. Nesse sentido, busca garantir a todos a possibilidade de usufruir de jogos, esportes, danças, lutas e ginástica em benefício do exercício crítico da cidadania.

Para que ocorra o rompimento da barreira comunicacional entre o professor e aluno é necessário que o professor planeje estratégias inclusivas com auxílio de materiais teóricos e práticos adaptados para melhor aprendizagem e desenvolvimento que são indispensáveis.

Segundo Manzini (2010, *apud* FIORINI, 2013, p.64) estratégia é definida como;

Uma ação que acontece no momento do ensino ou da avaliação do aluno. Porém, deve ser planejada anteriormente, levando em consideração as características da deficiência, as potencialidades do aluno, o objetivo que se pretende com a realização da atividade e o nível de complexidade da atividade exigida.

Para Fiorini e Manzini (2018, p.186), através dos nacionais e internacionais estudos se tem quatro estratégias para ser utilizadas em salas de aulas regulares com alunos surdos são: Realizar adaptações, instruir a atividade, comunicar com o aluno e utilizar o colega tutor.

Não estando preso apenas a essas estratégias citadas por Fiorini e Manzini (2018, p.189) dá ênfase a, mais cinco estratégias que são: “estratégia previa, auxílio por meio de colega tutor, ensino das atividades, estratégia que decorrem da resposta ou ação e comunicação”.

Quando 1- estratégias utilizadas por professores de educação física

ESTRATÉGIAS	EXEMPLO
Estratégia previa	• Posicionar-se de frente ao aluno; • Reunir os alunos para realizar a explicação da atividade em um círculo; • Colocar um aluno na frente do aluno surdo em atividades de fila.
Auxílio por meio de colega tutor	• Selecionar um colega tutor que tenha mais afinidades com o aluno surdo.
Ensino das atividades	• Explicar para todos a atividade e em seguida explicar individualmente por meio de gestos e movimento corporal;

	• Demonstrar através de gestos e movimentos a atividade e sempre elogiando.
Estratégias decorrem da resposta ou de ação	• Orientar verbalmente os alunos da turma para que façam grupos com aluno surdo; • Adaptar as regras da atividade.
Comunicação	• Estabelecer comunicação por meio de gestos e expressões faciais.

Fonte: (FIORINI; MANZINI, 2018, p.189-195)

Para Alves (2013) o uso de vídeos, slide, ilustrações, fotografia e desenhos no quadro são estratégias que podem ser utilizadas pelos professores.

Levando em conta todas as estratégias que podem ser utilizada pelo professor para que as aulas ocorram de uma forma inclusiva ainda é necessário auxílio dos sinais e expressões faciais como alegria, espanto, raiva, emoção e recursos visuais como bandeira ou cartão colorido, imagens e a mimica e que o professor conheça um pouco da língua de sinais para que os alunos surdos consiga usufruir das aulas.

Pra que exista a integralização e participação do aluno surdo nas aulas, à Educação Física adaptada veio pra suprir as lacunas da educação física tradicional, que favorece a inclusão do aluno surdo, através das adaptações das atividades.

Na lei N° 13.146 que instituí a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência) diz:

VI- adaptação razoável, modificação e ajustes necessários e adequados que não acarretam ônus desproporcional ou indevido, quando requerido em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer igualdade de oportunidade com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais (BRASIL, 2015, p.2).

Neste caso a lei citada à cima refere se as adaptações ou estratégias metodológica que se aplica durante as aulas de educação físicas adaptada, desta forma. Para Bueno E Resa (1995, *apud* CIDADES; FREITAS, 2002, p. 40-41.), “a educação física adaptada não se diferencia da educação física tradicional em seus conteúdos, mas sim compreende técnicas métodos e formas de organização que se aplica a pessoa deficiente”.

Para tanto as adaptações das atividades que são as, mas diversas e vem tomando conta de seu espaço para que seja colocada em pratica no conteúdo da Educação Física como (danças, esportes, lutas, ginastica e atletismo) para melhor socialização dos alunos e participação do mesmo.

Quadro 2 - atividades de Educação Física adaptada

Atividades	Descrição das atividades
Corrida de obstáculos	• Escreva uma placa com a palavra CORRER e outra com a palavra SALTAR. Monte a pista, mostre a palavra correr e vá até o primeiro obstáculo. Mostre a palavra saltar; o aluno saberá o que devera fazer
Futebol adaptado	• Combine com seu aluno SURDO que toda vez que você levantar uma bandeira verde, significa que houve alguma infração no jogo e que ele deve, portanto parar. Mostre sempre o local onde a infração deverá ser cobrada colocando a bola no lugar exato da cobrança. E quando levantar uma bandeira azul significa que deve iniciar o jogo ou fazer uma cobrança de falta, uma saída de bola etc. assim você substitui o apito por uma marcação silenciosa.

Fonte: (FERREIRA, 2010, p. 65-66).

Como foi visto o professor de Educação Física não pode se limitar em uma Educação Física tradicional, pois existe varias estratégias que facilitam a inclusão do aluno surdo em suas aulas basta o mesmo ir a buscar de novos conhecimentos para ser colocado na pratica.

Figura 1- Educação Física adaptada



Fonte: ATIVUSJR, 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho foi direcionado e pesquisado com estratégias para inclusão de alunos surdos em salas regulares durante as aulas de Educação Física. É preciso que todos tenham os mesmos direitos e que não haja discriminação e nem exclusão dos surdos. Percebeu-se, que ao longo dos anos houve um grande avanço nas leis e decretos que favorecem o surdo para facilitar sua comunicação é nítido do que se tem no papel pouco é se colocado na pratica.

A inclusão escolar é um processo que vem crescendo ao longo dos anos, mas que ainda deixa a desejar e é preciso a participação dos pais ou responsáveis, escola e professores para que a inclusão do aluno surdo aconteça de fato. O professor de Educação Física se tem um grande papel quando se fala de inclusão é duramente suas aulas que se permiti a cooperação de todos o professor deve se inovar mudando seu método de ensino buscando novos conhecimentos para que aja melhor comunicação entre seus alunos.

Sabendo que uma das dificuldades encontrada pelo aluno surdo, durantes às aulas de Educação Física é na comunicação com o professor e com os demais alunos com isso ocorrendo uma barreira comunicacional.

Para que essa barreira não ocorra o professor pode utilizar de estratégias que facilitem as atividades tanto práticas como teóricas e que a Educação Física escolar é uma ferramenta essencial para o processo inclusivo.

Através das pesquisas constatou-se que as estratégias realizadas pelo professor de educação física para os alunos surdos foi a que obteve uma maior inclusão dos mesmos durantes as aulas. Deste modo, as estratégias apresentadas são de grande relevância para que tanto o aluno surdo como o aluno ouvinte tenha uma melhor relação e convivência no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antonio, C.P. G. Atividade física e deficiência auditiva. *In*: GREGUOL, Marcia; COSTA, R.F, (org). **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 3. ed.São Paulo:Manole,2013.

ALVES, T.P. *et al*. Inclusão de alunos com surdez na educação física escolar. **Rev. Eletrônica de educação**, Marília, v. 7,n. 3,p. 192-204, 2013.

BRASIL. **Decreto nº5.626,de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Planalto, 2005.Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 13 abr. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 29 maio 2019.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 19 outubro.2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de dezembro de 1996**. Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <https://proplan.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/7/2014/09/LEI-n%C2%B0-9.394-de-20-de-dezembro-de-1996.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

BRASIL. **Lei 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 13 abr. 2016.

BRASIL. **Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Planalto, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. **Lei 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Planalto, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo

Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Planalto, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em: 8 nov. 2019.

_____. Ministério da educação. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental**. Brasília: MEC, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC, 1997.

CARDOSO, M. S. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão a inclusão uma longa caminhada. *In*: STOBBAUS, C.D; MOSQUEIRO, J.J.M. **Educação especial em direção á inclusão**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CIDADES, R.E. Amaran, **Introdução à educação física e ao desporto para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: UFPR, 2002.

FERREIRA, Vanja. **educação física adaptada: atividades especiais**. Rio de janeiro: Sprint, 2010.

FIORINI, M.L. *et al*. Estratégias de ensino para alunos deficientes visuais: a proposta curricular do estado de são Paulo. **Motriz**, Rio Claro, v.19, n.1, p.62-73, 2013.

FIORINI, M.L. S; MAZINNI, E.J. Estratégias de professores de educação física para promover a participação de alunos com deficiências auditivas nas aulas. **Rev. brasileira de educação especial**, Marília, v.24, n.2, p.183-198, 2018.

LACERDA, C.B.F. A inclusão escolar de alunos surdos o q dizem alunos, professores, interpretes sobre esta experiência. **Caderno Cedes**, Campinas, v.26, n.29, p.163-184, 2006.

ROSIN-PINOLA, Andréa Regina; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 20, n. 3, p. 341-356, set. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 nov. 2019.

SANTANA, M.Z. **Políticas públicas de educação inclusiva voltada para estudantes com deficiência na educação superior**: O caso de universidade federal da Paraíba (UFPB). 2016. 241f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro De Educação, Programa De Pós Graduação Em Educação, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18049>. Acesso em: 8 nov. 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Angélica. O aluno surdo na escola regula: imagem e ação do professor. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Campinas-sp, v.19 n. 2, p.173-176, 2003.

UCHOA, J. P. *et al.* Inclusão do aluno com deficiência auditiva nas aulas de educação física: o professor em contexto. **Rev. Ciências e conhecimento**, Roraima, v. 12, n.1,p.15-20, 2018.